

Resumo: O artigo estabelece as coincidências existentes entre a narrativa do romance de José Saramago intitulado *Todos os Nomes* (1997) e as ações adotadas por Natalis de Wailly em 1841 a mando de Napoleão Bonaparte, então Imperador da França, no sentido de criar um arcabouço operativo para organizar o acervo dos Arquivos Nacionais desse país, o qual havia sido desmantelado para atender a governança de Bonaparte. O objetivo geral deste artigo consiste em analisar as peculiaridades do vocábulo ‘fundo’ usado nesse livro de Saramago e do termo técnico Fundo criado por Natalis de Wailly. Especificamente, pretende-se abordar o caráter multifuncional do vocábulo fundo coloquialmente usado em *Todos os Nomes* (1997) e a sua transformação em estratégia técnica e operativo por Natalis de Wailly em 1841; destacar as confusões conceituais entre Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo presentes na Arquivística custodial e mostrar as relações entre a postura do Senhor José (personagem fictício da trama de Saramago) e a postura de Natalis de Wailly (personagem real da França oitocentista) com relação à forma como ambos, cada um em seu contexto espacial/temporal, corporificam a máxima “Conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens”.

Palavras-chave: Arquivo - visão custodial; Arquivo - visão pós-custodial; Fundo - linguagem coloquial; Fundo - visão custodial; Fundo - visão pós-custodial; Fundo de Arquivo - visão custodial.

Abstract: This paper establishes the coincidences between the narrative of José Saramago’s novel entitled *Todos os Nomes* (1997) and the actions of Natalis de Wailly in 1841 by order of Napoleon Bonaparte, France Emperor at that time, with the aim of creating an operative framework to organize the documents of the France National Archives which had been dismantled to attend Bonaparte’s governance. The broad objective of this paper is to analyze the peculiarities of the word ‘fonds’ used in Saramago’s book and of the technical term Fonds created by Natalis de Wailly. Specifically, it aims to approach the multifunctional character of the word ‘fonds’ colloquially used in *Todos os Nomes* (1997) and its transformation in technical and operative stratagem by Natalis de Wailly in 1841; highlight the conceptual confusions between Fonds, Archive Fonds and Archive present in custodial Archivistics and show the relations between the attitude of Mr. José (fictional character in Saramago’s plot) and the position of Natalis de Wailly (real character of France of the 19th century) in regard to the manner how both, each one in his spatial/temporal context, personify the maxim “You know the name you were given, you do not know the name that you have”.

Keywords: Archive - custodial view; Archive - post-custodial view; Fonds - colloquial language; Fonds - custodial view; Fonds – post-custodial view; Archive fonds - custodial view.

1. Introdução

Uma rápida visita à forma de se administrar os Sistemas de Arquivo e os Serviços de Arquivo circunscritos entre a Idade Pré-Clássica e a Idade Média, permite verificar que as informações produzidas para responderem às necessidades imediatas das pessoas que trabalhavam nas instituições pertencentes a este espaço temporal tinham um forte caráter orgânico. Pode-se citar como exemplo o Sistema de Informação de Ebla (Síria) onde “[...] foram encontradas várias secções de uma rede de arquivos do palácio real. Trata-se de um

dos maiores achados de tabuinhas em escrita cuneiforme e, sem dúvida, aquele que melhor evidenciou a existência de uma estrutura orgânica da documentação” (SILVA *et al.*, 1999:49).

Desde sempre as informações arquivísticas foram usadas para alimentar o jogo diplomático dos dirigentes quer da esfera pública, quer da esfera privada. Apenas para ilustração, são citados dois exemplos materializados nas figuras do Rei Hamurabi, rei da Babilônia na Idade Antiga, e de Napoleão Bonaparte, imperador da França no início da Idade Contemporânea, que mandaram confiscar os suportes documentais dos países conquistados que continham informações que interessavam ao jogo diplomático de cada um.

Entre os efeitos advindos das conquistas feitas por Napoleão Bonaparte no afã de dominar a Europa nasce o Fundo que ganha o *status* de teoria embora tenha se formado a partir de uma decisão imediatista e pragmática tomada por Natalis de Wailly em 1841 para colocar ordem no caos documentário vigente nos Arquivos Nacionais da França devido à forma personalística de governança feita por Napoleão.

Em uma revisitação às características das informações geradas pelas instituições da Idade Antiga verifica-se o seu caráter eminentemente orgânico, com destaque para as informações geradas/produzidas pelas instituições do Império Romano, graças ao espírito pragmático do seu povo e à importância concedida a estas informações pela administração do Império. A marca registrada da administração do Império Romano era permitir ao cidadão comum o acesso às informações que lhe interessavam. Porém, tal acesso era controlado pelos seus produtores/receptores. Em defesa desse controle, a classe dirigente afirmava que os grandes arquivos foram criados, antes de tudo, para uso do Estado. Percebe-se na atitude tomada pelos administradores do dito Império o embrião da postura patrimonialista, a qual, conforme pode ser verificado ao longo do artigo foi, depois, largamente adotada pelos teóricos da Arquivística custodial.

A Idade Média é marcada por longos períodos de guerras com o intuito, por parte dos seus mentores, de tomarem posse das terras pertencentes a outros povos. As instituições dessa Idade eram muito frágeis devido ao caráter beligerante do seu povo. Tal fragilidade criou a figura dos arquivos itinerantes das novas monarquias e dos novos senhores da terra. Todavia, os arquivos itinerantes influenciaram na organização dos suportes dos documentos medievais. O caráter ciano das administrações das instituições medievais criou a prática do depósito em instalações alheias àquela que produziu a informação.

A integridade sistêmica dos acervos arquivísticos ficou, em tese, incólume até meados do século XVI. Porém, a burocracia criou a necessidade da geração de mais informação de forma a possibilitar que as entidades públicas ou privadas pudessem cumprir os seus compromissos oficiais. Silva *et al.* (1999:80) afirmam que “As reformas institucionais ocorridas, mesmo no seio da Igreja, levaram à migração de arquivos entre organizações que se fundem ou reestruturam”.

Segundo Silva *et al.* (1999), apesar dos Sistemas de Informação e dos Serviços de Arquivo Estaduais já existirem no Império Romano Antigo pode-se afirmar que os mesmos tiveram a sua espinha dorsal sustentada pelas *Instruções* para o Governo do Arquivo de Simancas (Idade Moderna) feitas por Felipe II, rei da Espanha, para gerenciar as informações arquivísticas produzidas pelas instituições públicas existentes naquela época no país.

O movimento iluminista, ocorrido entre os séculos XVII e XVIII, revelou-se trágico para a integridade da informação orgânica gerada pelas entidades da época. Os pesquisadores oriundos deste movimento descobriram uma nova função da informação orgânica produzida pelos órgãos oficiais e, assim, passaram a procurar os Sistemas de Informação e os Serviços de Arquivo no intuito de realizar pesquisas de caráter histórico. O caráter estritamente jurídico e administrativo dos conjuntos documentais produzidos pelas instituições passa a conviver com a descoberta pelo cidadão comum de que os acervos arquivísticos possuíam funções que extrapolavam as necessidades de seus produtores/receptores.

A Revolução Francesa de 1789 originou-se, principalmente, a partir de três fatores enfrentados pela França oitocentista: inoperância político-administrativa do rei Luís XV, crise fiscal e ideais iluministas visivelmente contrários à manutenção de um Estado Francês Monárquico. Esta Revolução, posteriormente capitaneada por Bonaparte, criou uma indesejável e perigosa desagregação não só dos acervos documentais dos países conquistados como também aqueles gerados pelas instituições públicas ou privadas da própria França. As consequências decorrentes desta Revolução se constituíram no elo perdido entre a visão sistêmica – marco indelével da forma de governança dos dirigentes públicos e privados relativos aos Sistemas de Arquivo e aos Serviços de Arquivo das instituições até a Idade Média – e a criação do Fundo por Natalis de Wailly, que perdura até hoje graças ao olhar enviesado, imperativo e assistemático da forma como os arquivistas custodialistas entendem a organização dos acervos arquivísticos contemporâneos sob a sua responsabilidade técnica.

As máximas destacadas por Ramalho (2017) defendidas, respectivamente, por Aristóteles que afirma que “a arte imita a vida” e por Oscar Wilde responsável por dizer que “a vida imita a arte mais do que a arte imita a vida” caem como luvas para se desenvolver a narrativa do artigo ora em foco. As máximas defendidas por Aristóteles e por Oscar Wilde criam um quê de cumplicidade entre a trama do romance de José Saramago intitulado *Todos os Nomes* (1997), neste caso, oriunda da mente criativa do autor do romance e a criação do Fundo por Natalis de Wailly em 1841, no sentido de criar um arcabouço operativo para dar certa ordem ao acervo arquivístico dos Arquivos Nacionais da França cuja lógica orgânico-funcional havia sido desmantelada para atender às necessidades de governança de Bonaparte.

Cabe, neste momento, trazer à baila o objetivo geral deste artigo que consiste em analisar as peculiaridades do vocábulo ‘fundo’ usado por Saramago no seu romance *Todos os Nomes* (1997) e do termo técnico Fundo criado por Natalis de Wailly em 1841 para colocar ordem no caos dos Arquivos Nacionais da França napoleônica.

O objetivo geral do artigo desdobra-se em dois objetivos específicos, a saber: abordar o caráter multifuncional do vocábulo ‘fundo’ coloquialmente usado por Saramago no romance *Todos os Nomes* em 1997 e a sua transformação em estratégia técnica e operativo por Natalis de Wailly em 1841; destacar as confusões conceituais entre Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo presentes na Arquivística custodial e trazer à tona as relações existentes entre a postura do Senhor José (personagem fictício da trama de Saramago) e a postura de Natalis de Wailly (personagem real da França oitocentista) com relação à forma como ambos, cada um em seu contexto espacial/temporal, corporificam a máxima “Conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens”.

É importante explicar que os termos técnicos usados pelos teóricos da Arquivística custodial – Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo – são grafados, ao longo do artigo, com as letras iniciais em maiúsculo. Já o vocábulo fundo usado por Saramago (1997) em seu romance *Todos os Nomes* é escrito com a letra inicial em minúsculo. Agindo assim, os autores do artigo pretendem dar às palavras em questão roupagens próprias e, dessa forma, minimizar os efeitos de qualquer confusão de entendimento conceitual que possa vir a ocorrer entre o papel que os termos em voga ocupam no corpo da narrativa do artigo.

Na trama romanesca de Saramago (1997), o vocábulo ‘fundo’ é usado tão somente de forma casual, coloquial e fortuita. Já na França napoleônica o vocábulo Fundo adquire contornos de um estratagema operativo do qual Natalis de Wailly lançou mão para organizar o caos documentário criado pela forma de Bonaparte governar. A partir da ação de Wailly nasce o Fundo com o objetivo único de colocar ponto final na caótica situação do acervo arquivístico dos Arquivos Nacionais da França.

Reforça-se que o fato do vocábulo ‘fundo’ possuir, no romance de Saramago (1997), uma multifuncionalidade semântica naturalmente pertinente à língua portuguesa não se constitui em impeditivo de ser inserido no *cuore* do Fundo criado por Natalis em 1841.

A trama do romance de Saramago (1997), que conta a história do Senhor José, tem como pano de fundo, entre outros, o Serviço de Arquivo da Conservatória do Registro Civil de Portugal e o cemitério onde a mulher desconhecida estava enterrada.

A saga vivida por Natalis de Wailly se dá em uma França recém saída da Revolução Francesa cujo imperador (Napoleão Bonaparte) entendia que a lógica organizativa dos conjuntos documentais dos Arquivos Nacionais da França deveria ser feita para atender os seus interesses de pesquisa.

Ambos os personagens (fictício e real) motivadores da narrativa deste artigo têm como objeto de desejo investigativo os acervos arquivísticos que lhes dariam as respostas necessárias às suas indagações, isto é, a curiosidade do eventual pesquisador - Senhor José - e as necessidades pragmáticas, artificiais e tecnicistas de Wailly para colocar ordem na Massa Documental Acumulada (MDA) nascida após as exigências de Napoleão.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que utiliza unicamente fontes bibliográficas para alcançar o objetivo principal que consiste em analisar as peculiaridades do vocábulo ‘fundo’ usado por Saramago no seu romance *Todos os Nomes* (1997) e do termo técnico Fundo criado por Natalis de Wailly em 1841.

Nesta perspectiva, para alcançar o objetivo norteador do percurso o escopo do estudo ora apresentado compõe-se de uma obra de ficção: o romance intitulado *Todos os nomes*, de autoria de José Saramago (1997), e de artigos técnico-científicos da área da Arquivística custodial e pós-custodial.

Da obra *Todos os Nomes* de Saramago (1997) são extraídos, transcritos e apresentados fragmentos textuais que revelam o cenário do Serviço de Arquivo da Conservatória Geral do Registro Civil, objeto das constantes incursões noturnas do Senhor José no intuito de

copiar as informações registradas nos verbetes das pessoas (vivas ou mortas) cujos assentamentos obrigatoriamente compunham o acervo desse Serviço de Arquivo, bem como a visita deste personagem ao cemitério onde a mulher desconhecida estava enterrada. Importante frisar que tais transcrições são acompanhadas de comentários ao longo do texto no sentido de situá-las dentro dos seus respectivos contextos da língua natural usada por Saramago (1997) para escrever o romance em questão.

No que se refere aos artigos técnico-científicos, são realizadas revisitações e releituras dos textos de autores da Arquivística custodial, tais como: Associação dos Arquivistas Holandeses (1973); Bellotto (2004); Brasil. Arquivo Nacional (2005); Schellenberg (2005) e Paes (1986), entre outros, cuja vertente teórica segue a linha patrimonialista. No intuito de se evidenciar as diferenças conceituais entre Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo existentes entre os autores da Arquivística patrimonialista e os autores da Arquivística pós-custodial são revisitados textos de caráter técnico escritos por Silva *et al.* (1999), Ribeiro (2011) e *Dicionário Eletrônico de Termos Arquivísticos* (2008). Também foram revistos textos de caráter não técnico, mas que se mostraram essenciais para a elaboração do artigo dentre os quais se destaca o de Saramago (1997).

Neste quadro amostral da pesquisa bibliográfica que busca evidenciar as coincidências existentes entre a narrativa do romance de José Saramago intitulado *Todos os Nomes* (1997) e a criação do Fundo por Natalis de Wailly, este entrou na berlinda dos autores da Arquivística que têm na análise crítica a sua premissa para a construção de um corpo teórico compatível com a importância que a gestão da informação tem no âmbito do profissional arquivista uma vez que berlinda “[...] significa [...] aquele que cometeu um erro que todo mundo sabe e não esconde” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2010:[s. p.]).

Corroborando a afirmativa feita no parágrafo anterior com relação ao fato de Natalis de Wailly estar na berlinda do mundo arquivístico dos autores que encaram a Arquivística com cientificidade é trazida à baila a posição de Millar (2002, *apud* TOGNOLI, 2010:76) a qual afirma que Fundo é tão somente o resíduo, o que sobrou do conjunto de documentos.

Na atitude do Senhor José faz-se presente a outra face da moeda das duas máximas que norteiam a trama deste artigo, isto é. “A arte imita a vida [real]” (ARISTÓTELES *apud* RAMALHO, 2017:[s. p.]).

A informação quando caminha, sem intervenções desastrosas, como foi o caso da criação do Fundo por Wailly para recompor os acervos arquivísticos desmontados pela fúria diplomática de Napoleão com vistas a instrumentalizar o seu jogo político e, portanto, alheios à essência sistêmica dos acervos arquivísticos, carrega no seu âmbito as peculiaridades que a capacita a ser usada como prova desde que atenda a uma das regras da teoria arquivística: melhor prova, autenticação e garantia circunstancial de fidedignidade. Com relação às medidas adotadas por Wailly na desesperada tentativa de arrumar a bagunça provocada por Bonaparte no acervo documental dos Arquivos Nacionais da França faz-se presente a máxima de Wilde (*apud* RAMALHO, 2017:[s. p.]) a qual reforça que a “vida [real] imita a arte mais do que a arte imita a vida”.

É importante destacar que as argumentações teóricas aqui explicitadas focam o seu desenvolvimento mais no conteúdo de cada texto revisitado quer em meio eletrônico, quer em meio analógico, do que ao seu período cronológico propriamente dito. Portanto, os textos objeto de análise e responsáveis por darem a musculatura teórica ao artigo trazem à

luz, por exemplo, o texto sobre assunto inteiramente coloquial, denominado “A arte imita a vida ou a vida imita a arte” (RAMALHO, 2017) e o “Manual dos Arquivistas Holandeses” (ASSOCIAÇÃO..., 1973) texto eminentemente técnico.

Durante a leitura do artigo, o leitor observará que tanto os textos cujos títulos foram destacados nos dois parágrafos anteriores como aqueles que são usados para a construção deste trabalho, estão ancorados em suportes teóricos coloquiais e técnicos que circundam o tema do artigo.

Dessa forma, entre os trechos extraídos da fantasia resultante da mente criativa de Saramago no romance *Todos os Nomes* (1997) e a realidade técnica dos textos escritos por autores da área da Arquivística custodial e da Arquivística pós-custodial é revelada a simbiose presente entre a forma coloquial como o termo ‘fundo’ é abordado por Saramago (1997) para compor o cenário gramatical do seu romance e a forma tecnicista como o Fundo criado por Natalis de Wailly é reverenciado pelos autores da Arquivística custodial usados como recorte teórico para elaboração da presente pesquisa. Foi reservada uma seção cuja função precípua é discutir as confusões conceituais existentes entre os termos Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo que fazem parte da terminologia técnica recorrente entre os teóricos da Arquivística custodial.

3. Entre o caráter multifuncional do vocábulo ‘fundo’ coloquialmente usado por Saramago no romance Todos os Nomes em 1997 e a sua transformação em estratagema técnico e operativo por Natalis de Wailly em 1841

O romance de Saramago (1997) *Todos os Nomes* tem como cenários, entre outros, o Serviço de Arquivo da Conservatória Geral do Registro Civil (Portugal) e o cemitério (Portugal) onde a mulher desconhecida havia sido enterrada. Como personagem principal o Senhor José e como trama central a busca incansável dele para montar o quebra-cabeças da vida da mulher desconhecida cujo verbete foi pego por engano quando realizava buscas no Serviço de Arquivo da Conservatória. Aproveitando-se da surdina da noite, o Senhor José fazia pesquisas relacionadas aos verbetes de um bispo, uma celebridade, visando reconstituir os passos dados por esta celebridade durante a sua vida até a sua morte. Reconstituir vidas de celebridades era o maior *hobby* do Senhor José.

A criação do pretense conceito de Fundo de autoria de Natalis de Wailly em 1841 se deu no regaço de uma França recém-saída da guerra civil entre a monarquia e a burguesia e teve como sustentáculo as ações de reordenação dos acervos arquivísticos dos Arquivos Nacionais da França baseada no sistema *non-registratur* adotadas por Pierre Daunon a mando de Bonaparte, ação esta que redundou em um verdadeiro caos documentário responsável pela desagregação orgânico-funcional de informações cuja gênese era natural e administrativamente comum.

No romance, o vocábulo ‘fundo’ é usado de forma casual e sem qualquer intenção do autor em inseri-lo em um corpo teórico dos textos de obras literárias, cujos autores optem por abordar tramas semelhantes àquela do romance *Todos os Nomes* (SARAMAGO, 1997). Já na vida real, Natalis de Wailly se apropria, em 1841, do vocábulo ‘fundo’ utilizado pela língua natural para transformá-lo em um termo de caráter eminentemente tecnicista. O

Fundo idealizado por Natalis tinha como função arranjar, de acordo com os seus respectivos assuntos, os documentos produzidos/recebidos por uma instituição por Fundos e a cada grupo seria atribuído um lugar definitivo em relação aos outros grupos (SCHELLENBERG, 2005).

A forma como o vocábulo fundo é tratado no romance *Todos os Nomes* (SARAMAGO, 1997) e a conotação tecnicista dada a este vocábulo por Natalis de Wailly (SCHELLENBERG, 2005) são analisadas comparativamente ao longo deste artigo.

Houve a preocupação de se selecionar da trama do romance analisado alguns trechos que, se não fossem tristes porque refletem a partir de uma instigante narrativa que beira o humor negro, a desastrosa e infeliz incursão de um pesquisador pelos labirintos do Serviço de Arquivo da Conservatória que resultou em alguns meses de forçosa reclusão entre as estantes recheadas do seu grande objeto de desejo intelectual, isto é, os suportes documentais com informações arquivísticas. Este episódio poderia ganhar contornos de uma perversa comicidade desde que não refletisse de forma nua e crua a desastrosa realidade enfrentada pelos Arquivos Nacionais da França oitocentista.

Portanto, aproveitando a oportunidade escancarada por Saramago (1997) no seu romance sobre o desleixo com o qual o acervo arquivístico é encarado pelos dirigentes da Conservatória e, tendo ainda como base o recorte temporal/geográfico e motivador escolhido para ser o mote deste trabalho, isto é, o Fundo criado por Natalis de Wailly (Arquivos Nacionais da França), cuja teoria é ampla e irrestritamente replicada por alguns gestores das instituições arquivísticas com viés custodial, consubstancia-se nesta seção do artigo o caos documentário enfrentado pelos Sistemas de Informação ou pelos Serviços de Arquivo, quer no âmbito da ficção, quer no âmbito da vida real que afetou a integridade física e intelectual dos acervos arquivísticos da Conservatória Geral de Registro Civil e dos Arquivos Nacionais da França da época de Napoleão Bonaparte.

Antes de se entrar no mérito de como a palavra *fundo* é citada no romance *Todos os Nomes* (1997) faz-se premente, tendo como base a própria narrativa do autor para escrever o romance, trazer à luz a situação deplorável na qual se encontrava o Serviço de Arquivo da Conservatória Geral do Registro Civil. As transcrições a seguir foram retiradas da parte inicial do romance que prima por descrever de forma minuciosa o descaso impingido ao arquivo dos mortos mais antigos, ao arquivo dos vivos e ao arquivo dos mortos de fresca data:

1. Por cima da moldura da porta há uma chapa metálica comprida e estreita [...]. Sobre um fundo branco, as letras negras dizem Conservatória Geral do Registro Civil. [...]. Mal se cruza o limiar [da porta] sente-se um cheiro de papel velho. Logo após a porta aparece um alto guarda-vento envidraçado de dois batentes por onde se acede à enorme sala retangular onde os funcionários trabalham, separados do público por um balcão comprido que une as duas paredes laterais, com exceção, em uma das extremidades, da aba móvel permite a passagem para o interior (SARAMAGO, 1997:12).
2. Salvo que venha a ser decidido algum dia separar os mortos dos vivos, construindo noutra local uma nova Conservatória para recolha exclusiva dos defuntos, não há remédio para a situação [...]. O subchefe [...] teve a lembrança de propor que a arrumação do arquivo dos mortos passasse a ser

feita ao contrário, mais para lá os remotos, mais para cá os de fresca data, em ordem a facilitar, burocráticas palavras suas, o acesso aos defuntos contemporâneos [...]. O conservador aprovou a ideia, sob a condição de ser o próprio proponente o encarregado de empurrar para o fundo do espaço [ocupado pelo acervo arquivístico oriundo das atividades desenvolvidas pela instituição], dia após dia a massa gigantesca dos processos individuais dos mortos pretéritos, a fim de poderem ir entrando no espaço assim recuperado os de recente defunção (SARAMAGO, 1997:14).

3. Querendo fazer esquecer a desastrada e inexecutável ocorrência, e também para distrair da humilhação o espírito, o subchefe não encontrou melhor recurso que pedir aos auxiliares de escrita que lhe passassem algum trabalho, ferindo assim, tanto para cima como para baixo, a histórica paz da hierarquia (SARAMAGO, 1997:15).
4. A desorganização dessa parte do arquivo [dos mortos] é motivada e agravada pelo facto de serem precisamente os falecidos mais antigos os que mais próximo estão da área denominada activa, logo a seguir aos vivos, constituindo, segundo a inteligente definição do chefe da Conservatória Geral, um peso duas vezes morto, dado que é raríssimo preocupar-se alguém com eles, só de longe em longe se apresenta aqui algum excêntrico pesquisador de miudezas históricas de escassa relevância (SARAMAGO, 1997:14).
5. Cresceu com este episódio o desleixo, prosperou o abandono, multiplicou-se a incerteza, a ponto de um dia se ter perdido nas labirínticas catatumbas do arquivo dos mortos um investigador que, meses depois da absurda proposta, se apresentou na Conservatória Geral para efectuar as pesquisas heráldicas que lhe haviam sido confiadas, o descobriram quase por milagre, ao cabo de uma semana, faminto, sedento, exausto, delirante, só sobrevivido graças ao desesperado recurso de ingerir enormes quantidades de papéis velhos que, não precisando ser mastigados porque se desfaziam na boca, não duravam, no estomago e nem alimentavam (SARAMAGO, 1997:15).
6. O chefe da Conservatória Geral que já mandara vir à sua secretaria o verbete e o processo do imprudente historiador para dar por morto, decidiu fazer vista grossa aos estragos, oficialmente atribuídos aos ratos, baixando depois uma ordem de serviço que determinava, sob pena de multa e suspensão de salário, a obrigatoriedade do uso do fio de Ariadne para quem tivesse de ir ao arquivo dos mortos (SARAMAGO, 1997:15).

É possível verificar que o conceito de ‘fundo’ como palavra coloquialmente usada pela língua portuguesa deriva do latim e significa, no senso comum, vasto, fundo; a parte de baixo, alicerce, área de terra. Ainda tendo como base a linguagem natural, o conceito ‘fundo’ quer dizer que tem grande profundidade. Fundo significa também a Parte mais afastada de uma entrada ou de um acesso.

Cabe, neste momento, inserir os fundos citados por Saramago (1997), cujas menções constam das transcrições (números 1 e 2) extraídas do romance *Todos os Nomes*, em seus devidos contextos semânticos da língua natural. Assim, tem-se a seguinte análise do discurso usado pelo autor quando se referia ao vocábulo fundo: “[...] Sobre um fundo

branco, as letras negras dizem Conservatória Geral do Registo Civil [...]” (SARAMAGO, 1997:12). Neste caso o vocábulo fundo indica que o nome da Conservatória está escrito sob um fundo branco. No segundo caso, “[...] O conservador aprovou a ideia sob a condição de ser o próprio proponente o encarregado de empurrar para o fundo [do espaço ocupado pela MDA [...] custodiada pelo Serviço de Arquivo da Conservatória], [...] a massa gigantesca dos processos [...]” (SARAMAGO, 1997:14). Neste contexto, o vocábulo fundo quer dizer a “parte mais afastada de uma entrada ou de um acesso” (DICIONÁRIO PRIBERAM..., 2014:[s. p.]).

Trazendo para o cerne da Arquivística custodial o vocábulo ‘fundo’ presente na língua natural utilizada por Saramago (1997) para escrever o romance *Todos os Nomes* se constata que a sua naturalidade perdeu espaço para o viés técnico comum nas linguagens de determinada área de conhecimento científico. Nasce o Fundo. Circunscrito tão somente ao caos documentário dos Arquivos Nacionais da França da época de Napoleão Bonaparte. Portanto, pontual quer contextual, espacial e temporalmente, mas, cujo pragmatismo ganhou força e eternizou-se entre os arquivistas que seguem a vertente custodialista da gestão arquivística.

Os mentores da Revolução Francesa (1789-1799) tendo à frente Napoleão Bonaparte colocaram em xeque não só “[...] os padrões administrativos tradicionais, mas também certa hierarquia de valores [arquivísticos] já há muito consagrados” (SILVA *et al.*, 1999:100). As atitudes dos revolucionários interferiram nefastamente na organização dos acervos arquivísticos e, conseqüentemente, provocaram uma instabilidade inimaginável na lógica orgânica dos Sistemas de Informação e dos Serviços de Arquivo da época.

Uma visita ao túnel do tempo tendo como ponto de partida a Revolução Francesa (1789) permite verificar que os seus mentores, contrários aos valores até então predominantes na França monárquica, causaram grande turbulência nas estruturas organizativas deste país, da qual não se viram livres os Sistemas de Informação e os Serviços de Arquivo não só da França da época de Napoleão como também aqueles contemporâneos, uma vez que foram transformados em celeiros da história. Bellotto (2004) vê com bons olhos o desvio da função dos arquivos ao se transformarem em laboratórios de pesquisas históricas ao afirmar “Sendo o arquivo elemento vital de uma administração, é natural que seja visto como “arsenal da administração” e, ao mesmo tempo como celeiro da história.” (BELLOTTO, 2004:116).

Napoleão Bonaparte tendo como bandeira a sua estratégia expansionista fazia uma governança personalística e centralizadora visando à criação do Império Francês. Para tanto, além de nacionalizar os bens das classes que anteriormente governavam a França, se apossou também dos acervos arquivísticos produzidos/recebidos pelos países dominados.

A decisão de Napoleão reflete negativamente na integridade orgânica das informações geradas pelas instituições de cada país tendo em vista Pierre Daunon, diretor durante vários anos dos Arquivos Nacionais da França ter decidido elaborar um quadro de classificação, “[...] a partir do qual os documentos de todos os arquivos incorporados foram tratados como um só conjunto, sendo fisicamente distribuídos em cinco secções “cronológico-metódicas”, ou seja, séries sistemáticas, muito ao modo das concepções herdadas do iluminismo [...]” (SILVA *et al.*, 1999:104).

Os arquivos organizados segundo as ordens de Pierre Daunon capitanearam a criação de

[...] sistemas administrativos baseados na ordenação de séries tipológicas de documentos, sobretudo em critérios cronológicos, sem o uso de qualquer sistema classificativo. De acordo com Duchein, a concentração dos arquivos e a organização que lhes foi dada pela administração napoleônica, levaram a que, na zona de “non-registratur”, se sentisse a necessidade de aplicar classificações “a posteriori”, isto é, após a incorporação dos documentos em arquivos históricos (SILVA *et al.*, 1999:104).

Os meandros teóricos sobre Fundo são compostos de definições usadas amplamente por Bellotto (2004) para definir este conceito que, conforme consta das citações destacadas no artigo em foco está umbilicalmente ligada à Arquivística tecnicista oriunda das decisões de Natalis de Wailly. Importante ressaltar que a lógica conceitual do Fundo tinha como meta arquitetar o arcabouço para a organização do acervo dos Arquivos Nacionais da França cujo conteúdo ficou à mercê dos interesses políticos de Napoleão. O Fundo tomou corpo e forma a partir de uma Ordem de Serviço baixada, em 24 de abril de 1841, pelo burocrata francês e chefe da Seção Administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, Natalis de Wailly.

Originalmente, portanto, o Fundo não nasceu como um conceito e sim como um estratagema operativo corporificado a partir de uma Ordem de Serviço datada de 1841 e emitida por Natalis de Wailly que continha as Instruções para a ordenação e classificação dos arquivos departamentais municipais que estabeleciam o seguinte:

Os documentos deviam ser agrupados por fundos (*fonds*), isto é, todos os documentos originários de uma determinada instituição, tal como uma entidade administrativa, uma corporação ou uma família, seriam agrupados e considerados como o *fonds* de determinada instituição; - os documentos de um *fonds* deviam ser arranjados por grupos de assuntos, e a cada grupo seria atribuído um lugar definitivo em relação aos outros grupos; e as unidades, nos grupos de assuntos, seriam arranjadas conforme as circunstâncias, em ordem cronológica, geográfica ou alfabética (SCHELLENBERG, 2005:241-242).

Tendo como ponto de partida as instruções contidas na Ordem de Serviço baixada por Natalis de Wailly os Fundos (Arquivos) passaram a ser definidos, conforme se comprova na citação a seguir, como sendo um

[...] conjunto de documentos de toda natureza que qualquer corpo administrativo, qualquer pessoa física ou jurídica tenha reunido, automática e organicamente, em razão de suas funções ou de sua atividade. Isto é, dele fazem parte os rascunhos e/ou as duplicatas dos documentos expedidos e os originais e/ou cópias de peças recebidas, assim como os documentos elaborados em consequência das atividades internas organismos considerados e os documentos reunidos por sua própria documentação, bem como os conjuntos eventualmente herdados de outros organismos aos quais sucede totalmente ou em parte (“Manual Francês de Arquivística”, *apud* BELLOTTO, 2004:128).

Por último, traz-se à tona a definição do conceito de Fundo elaborada pela própria Bellotto (2004:128):

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões lhe seja afim.

Reforça-se que a utilização do conceito de Fundo pelos teóricos da Arquivística custodial, além de ter sido ditada por contextos afetos somente à França pós Revolução Francesa de 1789 foi retirada a fórcipes das entranhas do caos documentário causado pela forma egoísta de governança de Napoleão Bonaparte.

A despeito do Fundo ter sido criado para atender a problemas pontuais e contextuais pertinentes à França oitocentista este conceito tornou-se, depois, uma das pedras angulares da Arquivística custodial. De acordo com o *Dicionário Electrónico de Termos Arquivísticos* (2008:[s. p.]) “No séc. XX [foi] ressignificado como sendo um conjunto orgânico de documentos produzidos e/ou recebidos por uma entidade pública ou privada no decurso da sua atividade, o que implicou, do ponto de vista teórico, uma alteração substancial, mas também geradora, no plano prático, de contradições operatórias graves”.

4. As confusões conceituais entre Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo presentes na Arquivística custodial

Nesta seção a narrativa obedece a ordem cronológica das obras técnicas e científicas escritas pelos autores da Arquivística custodial selecionados e cujos conceitos Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo são objeto de estudo da seção em foco.

Os arquivistas holandeses defendiam a premissa de que Arquivo (Fundo) se mesclavam no mesmo conceito uma vez que ambas significam um “[...] conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário” (ASSOCIAÇÃO..., 1973:13). Os autores do “Manual dos Arquivistas Holandeses” (ASSOCIAÇÃO...,1973:13) afirmam que a “A palavra holandesa é *archief*, nome usado no singular como o são palavras correlatas em várias outras línguas europeias. Vertem-na os tradutores franceses por «fonds d'archives»”.

A autora Paes (1986:16) define Arquivo como sendo “[...] a acumulação ordenada dos documentos em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando a utilidade que poderão oferecer no futuro”. Ainda de acordo com Paes (1986:20) o termo Arquivo pode também ser usado para designar “conjunto de documentos; móvel para guarda de documentos; local onde o acervo documental deverá ser conservado; órgão governamental ou institucional cujo objetivo seja o de guardar e conservar a documentação [...]”.

Para Paes (1986:24) Arquivo Permanente é o “[...] conjunto de documentos que são preservados, respeitadadaa destinação estabelecida, em decorrência de seu valor probatório e informativo”.

Paes (1986:26) afirma que o termo Fundo pode ser “[...] a principal unidade de arranjo estrutural constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos e a principal unidade de arranjo funcional nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo reunidas pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio da proveniência”.

Uma vez que o termo Arranjo, ainda segundo Paes (1986:24) consiste no “Processo que, na organização de arquivos permanentes, consiste na ordenação - estrutural ou funcional - dos documentos em fundos fica evidente a preocupação da autora em dar à expressão Fundo a competência de ser tão somente usada pelos Arquivos Permanentes quando então, o acervo arquivístico de determinada instituição pública ou privada adquire o valor secundário, cultural ou probatório, isto é, valores para pesquisas não vinculadas ao objeto de produção da informação registrada nos suportes documentais.

As expressões Fundo de Arquivo e Arquivo são definidas, respectivamente, de acordo com Rousseau e Couture (1998:208, 294) da seguinte forma: “[Fundo de Arquivo é] o conjunto de peças de qualquer natureza que todo o corpo administrativo, pessoa física ou moral reuniu orgânica e automaticamente em virtude das suas funções ou da sua actividade” e

Arquivos [são] [...] o conjunto das informações, qualquer que seja a sua data, natureza, ou suporte, organicamente [e automaticamente] reunidas por uma pessoa física ou moral, pública ou privada, para as próprias necessidades da sua existência e o exercício das suas funções, conservadas inicialmente pelo valor primário, ou seja, administrativo, legal, financeiro ou probatório, conservadas depois pelo valor secundário, isto é, de testemunho ou, mais simplesmente, de informação geral.

Percebe-se que as definições sobre Fundo de Arquivo e de Arquivo feitas por Rousseau e Couture (1998) são diferentes apenas na sua forma gramatical, mas quando analisadas sob o aspecto do seu conteúdo técnico são detentores das mesmas funções operativas.

Os autores do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005:27) afirmam, tendo como base teórica, grosso modo, Paes (1986), que o Arquivo pode assumir também as características de uma “[...] instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; instalações onde funcionam arquivos; e móvel destinado à guarda de documentos”. Ainda de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005:97): “Fundo é um conjunto de documentos de uma mesma proveniência”.

Os autores do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005:27) afirmam que Arquivo é o “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo”. Os autores deste dicionário fazem uma referência cruzada entre Fundo e Arquivo, fato que comprova, segundo o seu ponto de vista que Fundo e Arquivo são termos sinônimos.

Evidencia-se a recorrência da expressão conjunto de documentos quer nas definições de Fundo quer nas definições de Fundo de Arquivo e quer nas definições de Arquivo sempre que entra em cena o viés da Arquivística custodialista defendida pelos autores selecionados para darem sustentação teórica concernente às considerações feitas pela autora nesta seção, isto é, Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo caminham de mãos dadas nos discursos

desses teóricos embora conceitualmente tenham significados diferentes conforme acenam os autores da arquivística pós-custodial.

Faz-se premente ressaltar que Natalis de Wailly inseriu a expressão Fundo no vocabulário da Arquivística custodial para atender aos caprichos de Napoleão Bonaparte que entendia o conteúdo dos acervos arquivísticos dos Arquivos Nacionais da França oitocentista e os acervos arquivísticos dos países conquistados como trunfos usados para o seu jogo diplomático. O Fundo da época de Wailly constituiu-se tão somente em um estratagema operativo cuja aplicação para organização dos acervos arquivísticos dos serviços de arquivo da França da época de Napoleão era feita tendo por base as instruções contidas em uma ordem de serviço baixada por Natalis.

Os teóricos da Arquivística custodial se apropriaram do conceito de Fundo segundo a visão de Natalis de Wailly e passaram a entendê-lo como sendo o próprio Arquivo (Fundo de Arquivo) condição esta que gera inquietantes e desnecessárias confusões conceituais uma vez que, tendo em vista a Arquivística ser uma disciplina de caráter técnico não comporta o uso de dois termos com semanticidade iguais.

Vale a pena destacar a posição de Heredia Herrera (2007:21 *apud* RONDINELLI, 2011:206) que distingue, a partir da grafia, o termo arquivo como instituição e como produção do documento. Dessa forma, a letra A (maiúscula) é usada para designar a primeira acepção, isto é, Arquivo e a letra a (minúscula) para designar a segunda, ou seja, arquivo.

A distinção, a partir da grafia, pode nos facilitar a resposta sobre o momento do nascimento do *arquivo*. Haveremos de distinguir dois momentos, e não apenas um segundo se trate de uma ou outra acepção: o que se identifica com a produção do documento [...] e o que se refere ao Arquivo como instituição, que precisa de uma regulamentação de qualquer natureza para sua criação e funcionamento e que, infelizmente, costuma ser bem depois do nascimento do conteúdo documental [...] (HEREDIA HERRERA, 2007:21 *apud* RONDINELLI, 2011:206).

Tendo por base a última parte da citação de Heredia Herrera (2007:21 *apud* RONDINELLI, 2011:206) a qual diz que o “Arquivo como instituição [...] precisa de uma regulamentação de qualquer natureza para sua criação e funcionamento e que, infelizmente, costuma ser bem depois do nascimento do conteúdo documental [...]” deduz-se que é no mínimo tecnicamente incoerente o conceito arquivo ser definido como sendo o conjunto de documentos oficialmente produzidos (a minúsculo) e, ao mesmo tempo, como sendo Arquivo como instituição (A maiúsculo).

5. Conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens

Assim como na ficção do romance *Todos os Nomes* escrito por Saramago (1997) que tem como panos de fundo principais, entre outros, a Conservatória Geral do Registro Civil e o cemitério onde a mulher desconhecida estava enterrada (Portugal), como na realidade dos Arquivos Nacionais da França à época de Natalis de Wailly, os acervos gerados pelas atividades desenvolvidas pelos funcionários fictícios ou reais dessas instituições guardam entre si uma triste coincidência que é aquela de, em ambos os casos, ser lugar comum o

desmazelo e a forma patrimonialista imposta pelos seus gestores com relação ao modo como os suportes documentais responsáveis pelo registro das informações eram/são tratados.

Na seção 3 deste artigo fez-se a transcrição de alguns parágrafos do romance de Saramago (1997) cuja trama se constitui em um dos polos do estudo ora realizado. O recorte da transcrição prima por extrair desse romance, parágrafos que escancaram a ausência de qualquer tipo de gestão da informação não obstante a importância que o conteúdo do acervo tinha para as pesquisas imediatas e mediatas dos usuários criados pelo autor para darem vida à sua trama romanesca.

Segundo Aristóteles, a “arte imita a vida” e de acordo com Oscar Wilde, a “a vida [real] imita a arte mais do que a arte imita a vida” (RAMALHO, 2017:[s. p.]). A máxima defendida por Aristóteles corporifica-se nas ações imediatistas e desastrosas adotadas pelo Chefe da Conservatória Geral do Registro Civil, um dos personagens fictícios do romance *Todos os Nomes* de José Saramago (1997), para resolver empiricamente o problema da MDA existente no Serviço de Arquivo da instituição decorrente da falta de uma gestão da produção documental.

Em se tratando do Sistema de Informação ou do Serviço de Arquivo, neste caso, pertencentes à época de Natalis de Wailly (o personagem real da trama do artigo), os acervos produtos das atividades então desenvolvidas pelos funcionários (dos países conquistados por Napoleão ou da própria França oitocentista), ficavam à mercê dos desmandos visionários de Napoleão Bonaparte, então Imperador da França. As ações empreendidas por Natalis de Wailly para estabelecer a lógica organizativa do acervo dos Arquivos Nacionais da França que redundaram na criação do Fundo repercutem a máxima defendida por Wilde (RAMALHO, 2017:[s. p.]).

Seguindo à risca a chamada desta seção “Conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens” e respeitando o *continuum* umbilical característica das informações geradas pelas atividades das instituições reforça-se que o

[...] princípio do fundo surgiu, na prática, para corrigir o modo funcional-temático (reordenar os documentos sem se ter em conta a ordem original da entidade de proveniência, mas um acesso «por matérias» ao estilo da concepção iluminista e dos novos potenciais utilizadores) que após a Revolução Francesa, na sequência imediata da qual foi criado o Arquivo Nacional da França, regeu-se incorporações em massa da documentação proveniente de várias partes dos territórios e das mais diversas entidades produtoras/possuidoras (entretanto extintas e nacionalizadas) [...] (SILVA *et al.*, 1999:77).

A desorganização dos acervos arquivísticos, infelizmente, lugar comum em algumas das entidades públicas ou privadas do mundo real, é fruto da ausência da Gestão da Informação que, resumidamente “[...] significa lidar, administrar, encontrar soluções práticas desde a gênese até o efeito multiplicador do fluxo da informação e compreende um conjunto diversificado de atividades, a saber: produção, tratamento, registro, guarda, comunicação e uso da informação [para fins de pesquisas imediatas e mediatas]” (SILVA, 2006:148-149).

A seguir, são pontuadas (extraídas dos textos constantes da seção “Referências” deste artigo ou, então, inferidos pela autora do artigo) e, absolutamente, sem pretender serem

exaustivas algumas respostas que, acredita-se possam situar melhor o leitor deste trabalho dentro da verdadeira origem dos Fundos lá pelos idos de 1841:

1. Defende-se que os arquivos começaram na Idade Pré-Clássica graças ao surgimento da escrita há cerca de seis milênios a.C. e por isso seu crescimento ocorreu de uma forma relativamente linear, sem rupturas relativas à estrutura orgânica-funcional das entidades produtoras, pois os acervos documentais eram organizados à imagem e semelhança das atividades desenvolvidas por tais entidades. Porém, os ideais dos mentores da Revolução Francesa marcaram o início de uma nova fase na vida dos arquivos que redundou na criação do Fundo de Arquivo por Natalis de Wailly em 1841.
2. O aparecimento dos primeiros suportes responsáveis pelo registro das informações para serviço das classes dirigentes levou ao surgimento dos primeiros locais onde estes suportes pudessem ser armazenados. Os locais para guardar os suportes documentais resultantes das atividades de seus produtores remontam ao IV milênio a. C. Importante frisar que as informações geradas pelas entidades das civilizações pré-clássicas eram concebidas e arquivadas a partir de uma lógica orgânica coerente com as funções desempenhadas por tais atividades.
3. Durante a Idade Média já fica evidente que as unidades administrativas das instituições estavam rudimentarmente estruturadas em seções orgânicas com natural reflexo na própria estrutura arquivística. Silva *et al.* (1999:73) afirmam: “Mesmo que fisicamente separadas, tais seções respeitavam as regras da administração [...]”.
4. Felipe II, rei da Espanha a partir de 1556, século XVI, foi um dos responsáveis pela mudança da política arquivística na Europa durante esse período. As Instruções para o governo do Arquivo de Simancas (Espanha) constituem-se em um sintoma de maturidade condição esta explicada pela natureza íntima e original dos arquivos da administração, que é estável em si própria. O item 12º (ordem dos papéis) das Instruções para a gestão do Arquivo de Simancas (Espanha) estabelece “[...] [entre outras determinações] que cada um em seu tempo tenha particular cuidado de que os ditos livros estejam e permaneçam sempre na dita boa ordem e função [...]” (SILVA, *et al.*, 1999:89, tradução nossa).
5. A Revolução Francesa interferiu em três progressos deveras importantes com relação ao mundo arquivístico:

[...] em primeiro lugar, foi estabelecido um sistema de administração de arquivos públicos através da criação de um órgão nacional com a função de superintendência dos mesmos; em segundo lugar, o Estado reconheceu a sua responsabilidade e no cuidado do patrimônio documental do passado e, por último, a revolução estabeleceu o princípio de que os documentos de arquivo deveriam ser acessíveis ao público. Com a Revolução Francesa, passou a haver concentração dos arquivos do Estado em grandes depósitos [...] (MORAIS, 2013:8-9).

6. Os mentores da Revolução Francesa jogaram por terra uma forma de arquivamento que assentava sua lógica no respeito à ligação entre as informações que integram um mesmo sistema de informação. A forma massificada como os acervos foram incorporados e sua posterior reordenação baseada em concepções ideológicas atingiram proporções inusitadas do ponto de vista arquivístico. Nasce o Fundo de Arquivo e com ele a ratificação de uma artificialidade da organização dos acervos documentais que repercute ainda hoje entre os arquivistas patrimonialistas. Entra em cena o embrião do valor secundário (valor histórico) da informação arquivística, mais tarde corporificado por meio de Schellenberg (2005:41). “[...] como sendo [aqueles de interesse], para as outras repartições e para pessoas estranhas ao serviço público”.
7. Natalis de Wailly ao criar o Fundo de Arquivo objetivava, entre outras determinações (conforme já descrito na seção 3, entre o caráter multifuncional do vocábulo fundo coloquialmente usado por Saramago no romance *Todos os Nomes* em 1997 e a sua transformação em estratégia técnica e operativo por Natalis de Wailly em 1841) deste artigo que os acervos arquivísticos cuja organização estava sob a égide da lógica do Fundo de Arquivo deveriam respeitar a sua proveniência.
8. O Fundo de Arquivo veio à tona em um período conturbado pelos resultados nefastos das ações dos revolucionários a, partir da qual, alteraram a organização dos arquivos cuja documentação espelhava os fundamentos da estrutura organizacional do Estado feudal. Na insana necessidade de apagar todo e qualquer vestígio dos valores inerentes ao regime feudal os revolucionários criaram intuitivamente a Lei do 7 Messidor. De acordo com Pinto (2019) no Calendário dos Mentores da Revolução Francesa a primeira parte do Verão era chamada de Messidor e compreendia o período de 19 de junho a 18 de julho. Essa lei determinava no seu artigo 3º que “todos os depósitos públicos de títulos são mantidos no Arquivo Nacional como em seu centro comum, e são colocados sob a supervisão do Legislativo e sob a inspeção do Comitê de Arquivos” (SILVA *et al.*, 1999: 101, tradução nossa).
9. Tendo como base essa lei, estabeleceram que todos os manuscritos confiscados úteis à instrução dos franceses fossem depositados na Biblioteca Nacional e nas bibliotecas de cada distrito. Os suportes cartográficos foram enviados para um depósito geral de Paris. Tem início a desarticulação metódica dos acervos de origem (acervos dos territórios conquistados pelos revolucionários) tudo em nome de valores estranhos ao critério que presidiu à sua concentração por parte das entidades produtoras (SILVA *et al.*, 1999). Acaba a estrutura sistêmica dos acervos dos arquivos que era criteriosamente respeitada pelos profissionais responsáveis pela organização dos suportes documentais contendo as informações produzidas/recebidas pelas entidades antes da eclosão da Revolução Francesa.
10. Leituras feitas em livros e artigos técnico-científicos tais como Silva *et al.* (1999); Ribeiro (2011); Tognoli (2010) e Moraes (2013) reforçam o pragmatismo a respeito do Fundo de Arquivo tendo em vista que Natalis de Wailly em nenhum momento da sua idealização abordou o caráter científico

deste estratagema criado no calor do caos provocado por Bonaparte nos acervos dos Arquivos Nacionais da França.

11. Silva *et al.* (1999:108) são enfáticos ao apontarem os prejuízos trazidos pelos critérios de organização dos acervos documentais de acordo com o fundo devido ao caráter das “circunstâncias que determinaram a formulação do princípio - de natureza meramente pragmática [e artificial] – e o hibridismo da solução adotada na sua aplicação (o fundo era considerado como uma entidade indivisível, mas a sua organização interna ficava sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade)”.

A informação quando caminha, sem intervenções desastrosas, como foi o caso da criação do Fundo por Wailly para recompor os acervos arquivísticos desmontados pelas intenções diplomáticas de Napoleão com vistas a instrumentalizar o seu jogo político e, portanto, alheios à essência sistêmica dos acervos arquivísticos, carrega no seu âmago as peculiaridades que a capacita a ser usada como prova desde que atenda às regras da teoria Arquivística: melhor prova, autenticação e garantia circunstancial de fidedignidade.

Com relação às medidas adotadas por Wailly na desesperada tentativa de arrumar a bagunça provocada por Bonaparte no acervo documental dos Arquivos Nacionais da França faz-se presente a máxima de Wilde (*apud* RAMALHO, 2017:[s. p.]) a qual reforça que a “vida [real] imita a arte mais do que a arte imita a vida”.

Tendo como parâmetro o ano de 1789 o paradigma custodial, patrimonialista, historicista instalou-se na França e formou uma corrente de arquivistas que defendem o uso do Fundo para organizar os arquivos de caráter permanentes e com valor secundário. À parte qualquer intenção de fazer um trocadilho no fundo, Arquivos e Fundos de Arquivo têm o mesmo valor semântico tecnicista apregoado com tanto zelo pela Arquivística Historicista. Essa simbiose semântica foi criada em 1841 e perdura até os tempos atuais não só na França como no resto do mundo arquivístico custodialista.

Com vistas a reforçar a afirmativa corrente neste texto, qual seja a máxima de que a “arte imita a vida” (RAMALHO, 2017:[s. p.]) retoma-se de forma metafórica a trama do romance *Todos os Nomes* de Saramago (1997, p. 239; 241-243) com o objetivo de se destacar partes do diálogo mantido entre o Senhor José e o pastor de ovelhas, no Cemitério, onde estava enterrada a mulher desconhecida:

[...] Homem jure pela sua honra [...] que nunca descobrirá o segredo a ninguém [diz o pastor de ovelhas]. Juro [responde o Senhor José] [...]. Que neste lugar nem tudo é o que parece [diz o pastor de ovelhas]. Não compreendo [responde o Senhor José]. Por exemplo, a pessoa que está aqui, disse o pastor [...] não é aquela que você julga. Nenhum dos corpos que estão aqui enterrados corresponde aos nomes dos que se leem nas placas de mármore [esclarece o pastor de ovelhas] (SARAMAGO, 1997:239).

Pretende-se por intermédio desta metáfora evidenciar, a exemplo da fala mantida entre o pastor de ovelhas e o Senhor José, citação imediatamente anterior a este parágrafo, que Natalis de Wailly ao criar o Fundo preocupou-se tão somente com o arcabouço dos acervos documentais, deixando de lado as relações umbilicais responsáveis por ligarem a informação orgânica à sua origem.

Retomando o diálogo entre o Senhor José e o pastor de ovelhas e apenas a título de conclusão desta seção do artigo em foco a seguir se transcreve o procedimento do Senhor José com relação ao túmulo recém-ocupado pelo corpo de uma pessoa a cujo sepultamento, por acaso, assistiu:

O pastor foi embora e o Senhor José aproximou-se de uma sepultura e tomou a atitude de alguém que estivesse a meditar. [Ficou imóvel. Depois de ficar sozinho diante do túmulo,] foi retirar o número que correspondia à mulher desconhecida e colocou-o na sepultura nova. Depois, o número desta foi ocupar o lugar do outro [...] (SARAMAGO, 1997:243).

Millar (2002 *apud* TOGNOLI, 2010:76) afirma que Fundo é tão somente o resíduo, o que sobrou do conjunto de documentos. Assim, ainda seguindo o raciocínio da autora, uma solução simples para as características residuais do Fundo seria “[...] redefinir o conceito de fundo. Ao invés de propor que o fundo é o conjunto de todos os documentos criados, acumulados, ou usados por alguém, nós poderíamos dizer que eles são os restos de todos os documentos criados, acumulados, ou usados por alguém” (MILLAR, 2002:7 *apud* TOGNOLI, 2010:76).

6. Considerações finais

As duas máximas contidas no artigo, quer na seção 3, quer na seção 5 atuam como verdadeiros guarda-chuvas empíricos para subsidiarem a proposta temática deste artigo que é aquela de mostrar as coincidências e divergências existentes entre a trama do romance de Saramago, *Todos os Nomes* (1997) e a postura adotada por Natalis de Wailly para organizar o acervo dos Arquivos Nacionais da França após as intervenções do cataclisma chamado Napoleão Bonaparte.

Assim durante a narrativa do artigo foram trazidas à tona a partir de Ramalho (2017) as máximas defendidas por Aristóteles e por Wilde os quais afirmam, respectivamente, que “a arte imita a vida” e que “a vida imita a arte mais do que a arte imita a vida”. Diante do exposto e tendo por base as posturas adotadas pelo Senhor José e por Natalis de Wailly em contextos espaciais, temporais e motivadores diametralmente opostos pode-se inferir, em ambos os casos e por motivos diferentes, que a arte imitou a vida e que a vida imitou a arte.

No romance de Saramago (1997) o chefe da Conservatória Geral determinou, a partir de uma Ordem de Serviço, a obrigatoriedade do uso do fio de Ariadne para quem tivesse de ir ao arquivo dos mortos (quer no início quer no meio ou quer no fundo deste arquivo). Na França pós Revolução Francesa o caos se instaurou nos Arquivos Nacionais desse país fato que levou Natalis de Wailly a baixar uma Ordem de Serviço contendo as Instruções para se organizar o arcabouço do acervo documental até então arrumado para atender aos interesses de Bonaparte.

Nasce o Fundo apenas como um estratagema operativo que, ao longo do tempo da Arquivística Custodial, passou a ser entendido como um conceito que se metamorfoseou na figura do próprio Arquivo condição corroborada pelos autores do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005:27) que provocam uma inquietante confusão conceitual ao definirem Arquivo de quatro modos diferentes conforme se comprova na seguinte citação “(1) [O] conjunto de documentos oficialmente produzidos; (2) Instituição

ou serviço que tem por finalidade tratar tecnicamente os documentos oficialmente produzidos; (3) Instalações onde funcionam os arquivos; (4) Móvel destinado à guarda de documentos”.

Os arquivistas holandeses defendem em publicação (elaborada pela Associação dos Arquivistas Holandeses) editada pelo Arquivo Nacional em 1973, a premissa de que arquivo e Fundo de Arquivo se mesclam no mesmo conceito uma vez que ambas significam um conjunto de documentos resultantes das atividades desenvolvidas pelos funcionários de dada instituição.

Trazendo a definição de Arquivo para o campo teórico da Arquivística Pós-Custodial os autores (DICIONÁRIO ELECTRÓNICO..., 2008:[s. p.]) entendem Arquivo como sendo

[...] sistema semi-fechado de informação produzida/recebida por uma entidade ativa (ou desativada) no decurso da sua atividade em cumprimento dos seus objetivos gerais e específicos. Não se deve confundir Serviço de Arquivo (um departamento orgânico de uma entidade e/ou uma instituição mais complexa) com Arquivo = sistema de informação, consistindo este em toda a informação [...] nos seus diferentes tipos e registrada em diversos suportes, criada, recebida e acumulada (consagra, no sistema, a dimensão memória) por uma entidade, isto é, por uma instituição ou organização (de onde emana a estrutura orgânico-funcional do sistema).

Ainda seguindo o passo e o compasso da análise crítica do Fundo percebe-se que Tognoli (2010:76) arremata tal análise dizendo “A partir da definição [de Millar] de que o fundo é formado por resíduos de atividades, e de que, dessa forma, nunca poderá estar completo [e, portanto, não pode existir enquanto conceito de caráter arquivístico]”. Para Millar (2002:14 *apud* TOGNOLI, 2010:76), “não podemos respeitar o que não existe, portanto, esse conceito deveria ser chamado de respeito à proveniência”.

Após terem sido estabelecidas as coincidências existentes entre o vocábulo fundo coloquialmente usado por Saramago (1997) durante a narrativa da trama do romance *Todos os Nomes* e o termo Fundo pragmaticamente escolhido por Natalis de Wailly (1841) para colocar ordem no caos documental criado por Napoleão no acervo dos Arquivos Nacionais da França e tendo como base a posição teórica de Millar (2002 *apud* TOGNOLI, 2010) quando, na oportunidade, questiona a teoria do fundo defendida pelos custodialistas, pode-se concluir que os Fundos não existem porque se constituem em meros restos dos conjuntos documentais produzidos pelas atividades de qualquer instituição pública ou instituição privada e que tanto na arte como na vida real o fundo/Fundo quer usado corriqueiramente pelos não arquivistas em um romance abordando temáticas afetas ao mundo arquivístico quer para definir os conjuntos documentais produzidos por uma pessoa no exercício da sua precípua função de ser responsável por abrigar os resíduos dos restos que, um dia, foram íntegros quer física quer intelectualmente.

No caso do fundo usado como signo da língua portuguesa para dele se apreender o seu significado com vistas a adotá-lo no processo de comunicação entre as pessoas pode-se afirmar que uma das aplicações do fundo usado por Saramago para escrever o romance *Todos os Nomes* (1997) é aquela destinada à mulher desconhecida cuja morte transformou em irreconhecível resíduo da massa física que tinha enquanto ser humano vivente e corpóreo.

Em se tratando dos Fundos criados por Natalis de Wailly (1841) os registros documentais gerados pelas atividades de instituições públicas ou instituições privadas deixam de existir na sua totalidade, objeto que foram de processos avaliativos com vistas a se fazer fecharem o seu ciclo de vida, na fase de pré arquivamento (arquivo corrente e arquivo intermediário) tendo em vista serem recolhidos/permutados/doados a uma Instituição Arquivística de Acesso Público e, ali permanecerem *ad eternum*, após tratamento técnico, até serem solicitados para uso imediato ou mediato por quem de direito.

Apesar do proibido ato cometido pelo Senhor José, ao mudar as placas indicativas de duas sepulturas, a fundura (fundo) de ambas as sepulturas não mudou, isto é, elas não perderam uma de suas essências que é aquela de possuírem 90 cm de profundidade. Porém, quando o termo Fundo passou a integrar o vocabulário tecnicista da Arquivística custodial esse termo ganhou contornos de uma teoria que abarca simultaneamente os conceitos de Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo. Para os arquivistas custodiais os termos Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo confundem-se na trama da vida real do mundo arquivístico patrimonialista e, assim, geram uma incômoda entropia entre os defensores do uso dos termos Fundo, Fundo de Arquivo e Arquivo como sendo sinônimos entre si.

Recomenda-se àquele leitor que se interessa por romances que têm como pano de fundo a temática de tramas sobre arquivos enquanto Sistemas de Informação ou Serviços de Arquivo e todos os seus desdobramentos empíricos e/ou científicos, a leitura de Todos os Nomes (1997) tendo em vista esse romance, entre outros eventos, revelar com riqueza de detalhes os meandros do Serviço de Arquivo da Conservatória de Registro Civil entregue ao desleixo e à fome incontida de um historiador que para não morrer comeu, literalmente, os papéis que compunham o acervo arquivístico dessa Conservatória enquanto aguardava a chegada da pessoa que o salvaria daquela inusitada situação.

Referências bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Brasil

1996 *Glossário*. [Em linha]. 1996. [Consult. 1 out. 2018]. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES

1973 *Manual de arranjo e descrição de Arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli

2004 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Arquivo Nacional

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO ELECTRÓNICO DE TERMOS ARQUIVÍSTICOS

2008 *Dicionário eletrônico de termos arquivísticos*. [Em linha]. Vitória: Universidade do Espírito Santo, 2008. [Consult. 13 fev. 2019]. Disponível em: <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1773>.

DICIONÁRIO INFORMAL

2010 Berlinda: verbete. In *Dicionário Informal*. [Em linha]. 2010. [Consult. 25 set. 2018]. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/berlinda/4733/>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA

2014 Fundo: verbete. In *Dicionário Priberam da língua portuguesa*. [Em linha]. 2014. [Consult. 19 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/fundo>.

MORAIS, Cláudia Santos Pires

2013 *Estudo orgânico-funcional e tratamento arquivístico dos concursos para obtenção do diploma de arquiteto realizados na Escola de Belas Artes do Porto: utilização do software ICA-AtoM*. Porto, 2013.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras.

PAES, Marilena Leite

1986 *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação etúlio Vargas, 1986.

PINTO, Tales dos Santos

Calendário da Revolução Francesa: Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/calendario-revolucao-francesa.htm>>. Acesso em 30 de abril de 2019.

RAMALHO, Fabiana

2017 A arte imita a vida ou a vida imita a arte? Jusbrasil, 2017. Disponível em: <<https://fabiramalho.jusbrasil.com.br/artigos/485883433/a-arte-imita-a-vida-ou-a-vida-imita-a-arte>>. Acesso em: 27 set. 2018

RIBEIRO, Fernanda

2011 A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. [Em linha]. 1:1 (jan./jun. 2011) 59-73. [Consult. 24 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9887/5619>.

RONDINELLI, Rosely Curi

2011 *O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária*. 2011.

ROUSSEAU, Jean-Yves e COUTURE, Carol

1998 *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SARAMAGO, José

1997 *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHELLENBEG, T. R.

2005 *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SILVA, Armando Malheiro da

2006 *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.]

1999 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

TOGNOLI, Natália Bolfarini

2010 *A Contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea*. Marília, 2010.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências.

WIKIPEDIA

2018 *Calendário revolucionário francês: verbete*. 2018. [Em linha]. 2018. [Consult. 3 out. 2028]. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Calend%C3%A1rio_revolucion%C3%A1rio_franc%C3%AAs.

Lúcia Helena Miranda Corrêa | luciamcss20@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), Brasil

Armando Malheiro da Silva | malheiro@letras.up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal